

# A UHE SÉRGIO MOTTA E AS ALTERAÇÕES ECONÔMICAS, CULTURAIS E TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS REASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA – MS\*

Edevaldo Aparecido SOUZA\*\*  
Antônio Nivaldo HESPANHOL\*\*\*

**Resumo:** Neste trabalho procurou-se analisar o processo de desapropriação e relocação dos ribeirinhos nas margens do rio Paraná e rio Verde, no município de Brasilândia-MS, impactados pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. O objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças sócio-econômicas, culturais e territoriais, bem como as conseqüências positivas e negativas no que se refere à qualidade de vida das famílias relocadas para os reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana. Junto ao levantamento do referencial teórico foram entrevistadas nove pessoas entre a comunidade atingida, entidades de apoio, representante do poder público municipal e a empresa empreendedora. Também foi aplicado um questionário com as famílias dos dois reassentamentos, sendo visitadas 83 famílias.

**Palavras-chave:** Reassentamento; sócio-econômico-cultural; Hidrelétricas.

**Resumen:** En este trabajo se buscó analizar el proceso de desapropiación y retirada de los ribeirinhos en las margen de lo rio Paraná y rio Verde, en el municipio del Brasilândia-MS, impactado por el lago de la Usina Hidroeléctrica Sérgio Motta. El objetivo de la investigación fue analizar las mudanzas socio-económicas, culturales y territoriales, bien cómo las consecuencias positivas y negativas en el qué se refiere la calidad de vida de las familias retiradas para los reasentamientos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana. Junto al levantamiento del referencial teórico fueran entrevistadas nueve personas entre la comunidad impactada, entidad de apoyo, representante del poder público municipal y la empresa empreendedora. También fue aplicado uno cuestionario con las familias de los dos reasentamientos, siendo visitadas 83 familias.

**Palabras-clave:** Reasentamiento; socio-económico-cultural; hidroeléctricas.

## 1. Introdução

O objetivo principal do trabalho foi analisar as mudanças sócio-econômicas, culturais e territoriais, bem como as conseqüências positivas e negativas no que se refere à qualidade de vida das famílias reassentadas pela CESP, no município de Brasilândia, no Estado do Mato Grosso do Sul, situada a aproximadamente 2 km. do Rio Paraná.

Definido como objeto de estudo a transformação ocorrida na vida dessas centenas de famílias dos Reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana formulamos a seguinte hipótese: as famílias reassentadas nas fazendas Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, retiradas de uma região que constituía o seu “lugar”, a sua “identidade” e a sua “comunidade”, e ao serem relocadas em outro espaço, foram acometidas não somente por um sentimento de perdas econômicas, mas também das raízes, haja vista que houve deslocamento de toda uma “comunidade”. Desta forma, partimos da hipótese que as transformações na vida dessas famílias teriam sido altamente negativas e que a grande maioria foi, de alguma maneira, prejudicada.

Para dar início ao trabalho, em primeiro lugar foi realizado um levantamento bibliográfico, apoiado em vários autores, destacando-se Vainer; Araújo (1992), Bortoleto (2000), Gonçalves (1997), Kudlavicz (2001), Reis; Bloemer (2001), Müller (1995), Haesbaert (1997), Corrêa (1996). Em seguida foram realizadas entrevistas com nove pessoas, sendo dois líderes e um reassentado do Reassentamento Pedra Bonita, um líder do Reassentamento Santa Emília/Santana, o ex-presidente e atual tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia, o ex-funcionário da empresa Biomeio Consultoria e

\* Texto extraído do terceiro e quarto capítulo da dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Presidente Prudente.

\*\* [edevaldoueg@yahoo.com.br](mailto:edevaldoueg@yahoo.com.br), concluiu mestrado na UNESP – Presidente Prudente.

\*\*\* [nivaldo@unesp.br](mailto:nivaldo@unesp.br), orientador, docente da UNESP Presidente Prudente.

Planejamento Ambiental, que realizou o levantamento sócio-econômico das famílias impactadas, o funcionário da CESP encarregado de fazer a negociação com os reassentados, um representante da CPT na região de Três Lagoas, e o secretário da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Brasilândia.

Paralelo à realização das entrevistas, foram aplicados questionários a 61 famílias no Reassentamento Pedra Bonita e 22 no Reassentamento Santa Emília/Santana. Das vinte e duas famílias deste último, duas estavam trabalhando em outros municípios, uma vez que o reassentamento ainda não oferecia a infra-estrutura necessária, principalmente as casas, por ainda não estarem prontas, tendo o pai prestado algumas das informações sobre os filhos. Desta forma, somando as famílias visitadas nos dois reassentamentos, foram aplicados 83 questionários de um universo de 117 famílias nos dois reassentamentos, o que representa 71% do total.

Os critérios para escolha das famílias a serem pesquisadas, a princípio, de acordo com Gerardi (1981, p. 20), foram estabelecidos pela amostragem de 86 famílias, porém, após contato com os presidentes das associações dos reassentamentos, ficaram estabelecidas 88 famílias, uma vez que este número coincidia com 100% das famílias beneficiárias, ou seja, aquelas que vieram das margens do rio. Pela meta de aplicar o questionário em 88 famílias, conseguimos aplicá-lo em 83, haja vista que, duas no Reassentamento Santa Emília/Santana e três no Reassentamento Pedra Bonita não foram encontradas nos dois períodos de visitas (novembro de 2003 e fevereiro de 2004). Por outro lado garantimos a aplicação do questionário apenas em famílias beneficiárias, não incluindo as que já haviam comprado o lote de outrem.

## **2. A configuração espacial da comunidade ribeirinha**

O Município de Brasilândia está localizado na porção leste do Estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião de Três Lagoas, limitando-se ao norte com Três Lagoas e Água Clara; ao sul e sudoeste com Santa Rita do Pardo; a noroeste com Ribas do Rio Pardo e a leste com o Rio Paraná. A sede do município encontra-se nas coordenadas geográficas 21°9'12" latitude sul e 52°1'16" longitude oeste (figura 1). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE a população do município era de 10.595 habitantes no ano 2000 e dispunha de uma área total de 5.821,4 km<sup>2</sup>, da qual, 366,4 km<sup>2</sup> foram submersos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. As principais atividades econômicas do município são a agropecuária e o comércio.

Às margens dos Rios Verde e Paraná se constituíam em ecossistemas apropriados para milhares de seres vivos, com terras férteis e água abundante dos rios e das várzeas. A ocupação desse espaço se deu ao longo de várias décadas e foi orientada pelo curso do rio Paraná e foi se expandindo à jusante, configurando uma ocupação territorial de cerca de 50 a 60 quilômetros de extensão, sempre próximo às margens dos rios, ou seja, uma ocupação linear ao longo de uma estreita faixa. Iniciando-se no Rio Verde, há um ponto de referência que era chamado pelos habitantes locais de Ponte do Rio Verde, na rodovia que estabelece a ligação entre Brasilândia e Três Lagoas até o rio Taquari à jusante do Porto João André. Desta Ponte para jusante os ranchos e as pequenas propriedades, se fixaram de forma linear às margens dos rios, promovendo uma espacialização distante uma ponta da outra, porém sempre próxima das margens do rio (figura 2).

As Fazendas Pedra Bonita, Santa Emília e Santana, local dos reassentamentos das famílias atingida pela formação do Lago da UHE Sérgio Motta, localizam-se a cerca de 20 quilômetros do rio Paraná, pela estrada, 15 a 25 quilômetros de Brasilândia (figuras 3 e 4), considerando do primeiro ao último lote, e 20 a 30 quilômetros de Panorama, cidade paulista com a qual as famílias estabeleciam a maior parte dos contatos comerciais, estudantis, saúde e outros.

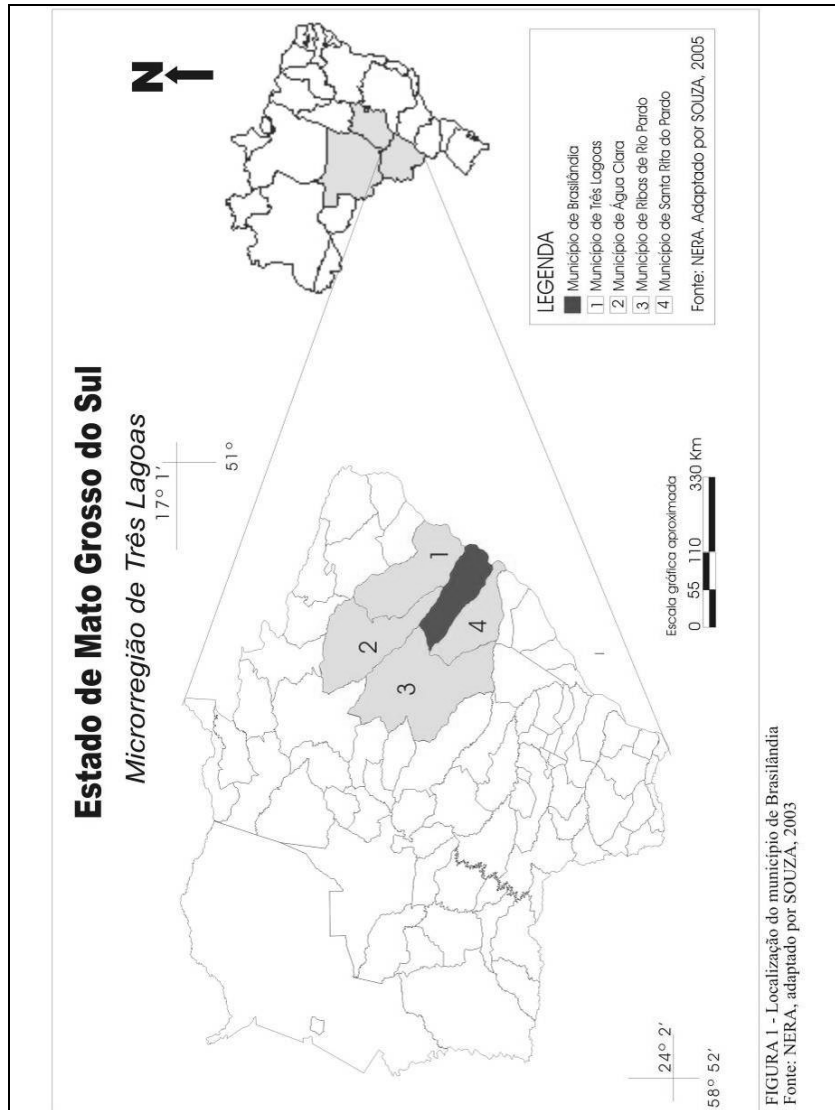
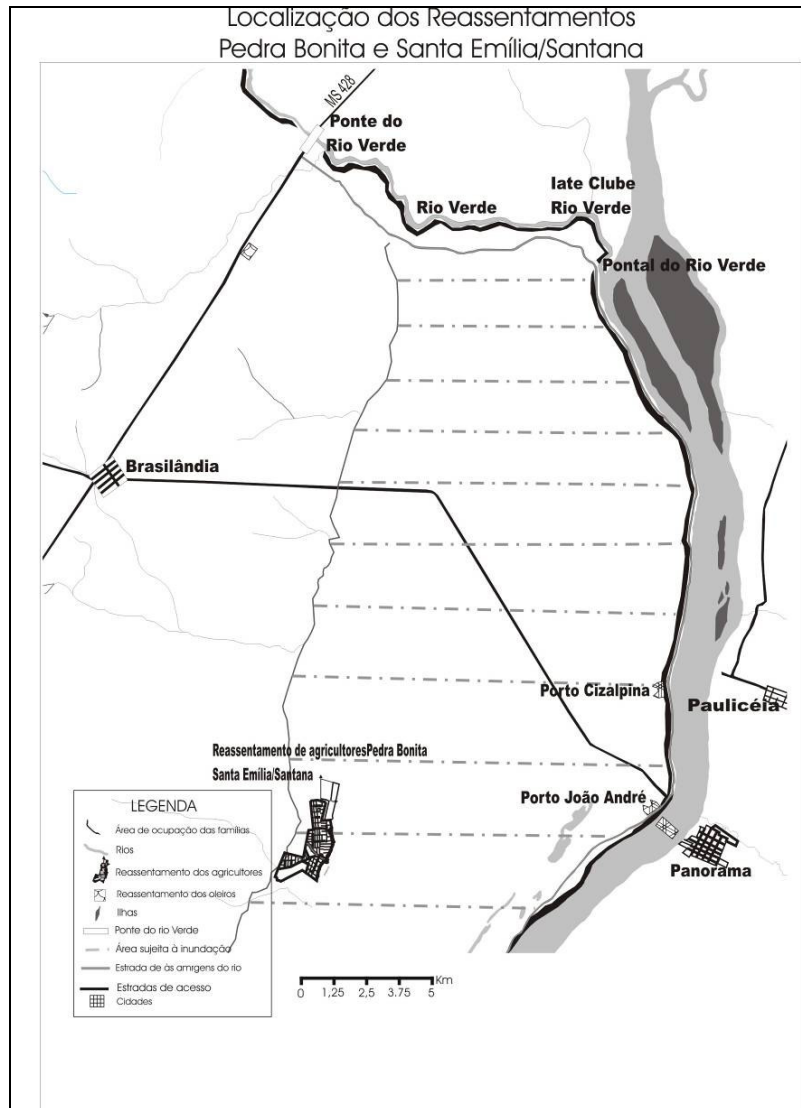
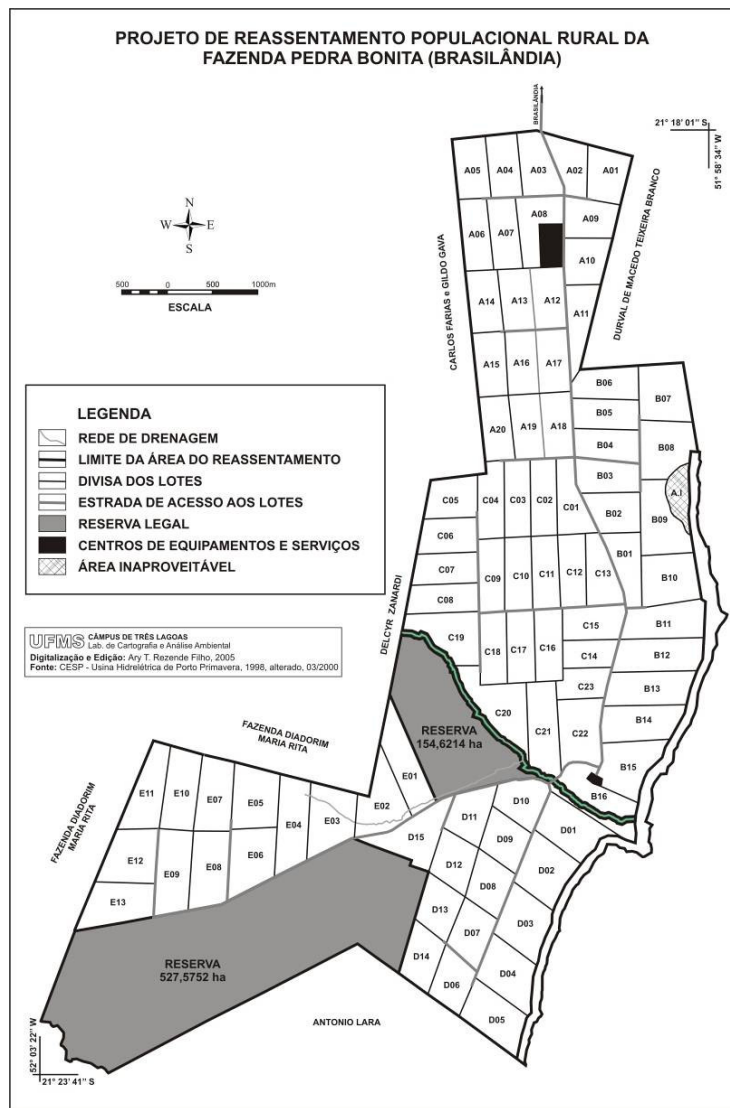


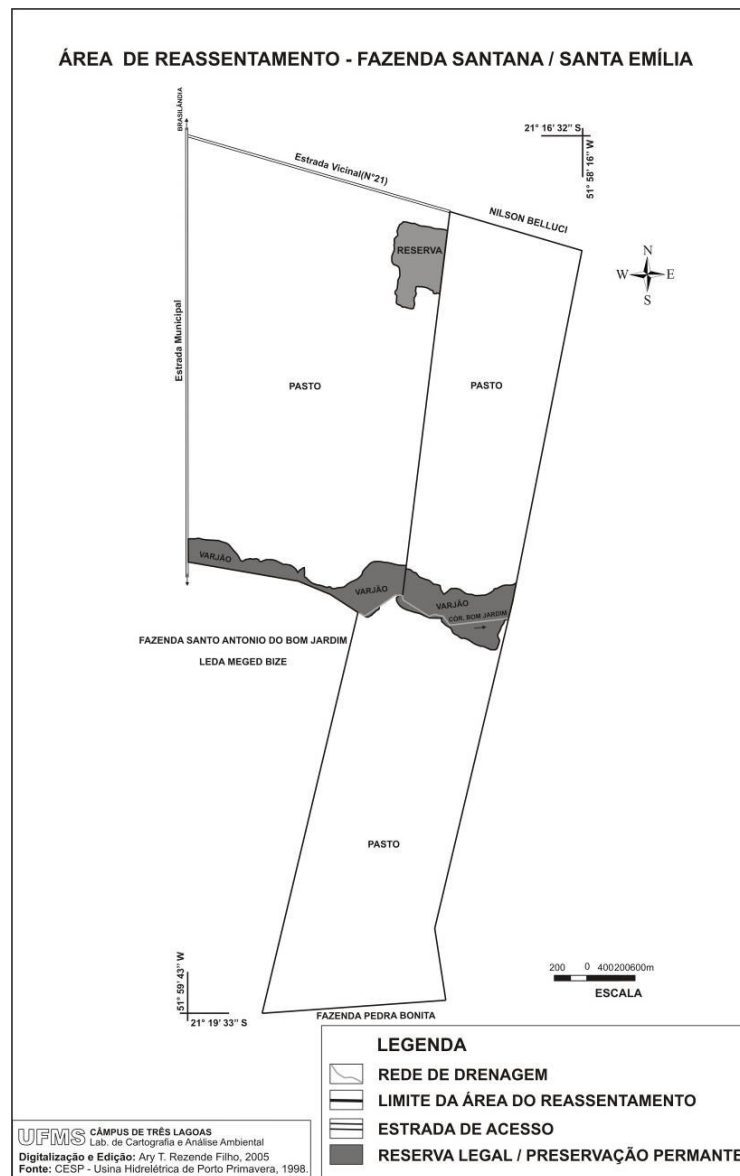
FIGURA 1 - Localização do município de Brasilândia  
Fonte: NERA, adaptado por SOUZA, 2003



**Figura 2:** Mapa da área onde viviam as famílias ribeirinhas e localização dos Reassentamentos Pedra Bonita e Santana/Santa Emília



**Figura 3:** Localização do Reassentamento Pedra Bonita



**Figura 4:** Localização do Reassentamento Santa Emília/Santana

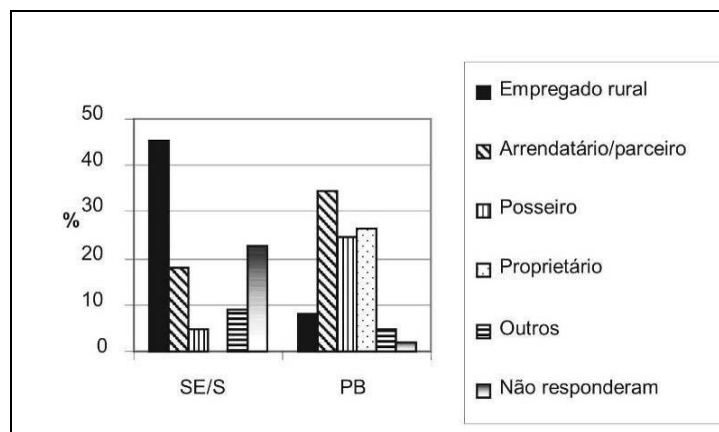
As famílias reassentadas na Fazenda Pedra Bonita, segundo depoimentos dos reassentados, são oitenta e seis (86) entre criadores de gado e agricultores. No Reassentamento Santa Emília/Santana, cento e dez famílias deveriam estar residindo no local, porém tem apenas cerca de trinta e cinco famílias, ou seja, menos da metade, e isso se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido construídas todas as casas e implantada a infra-estrutura prometida pela CESP. Há lotes ociosos até hoje e, em entrevista, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que cento e sete lotes foram disponibilizados neste reassentamento e apenas cinquenta e seis foram sorteados. Afirma ainda que há pessoas com três, quatro lotes e pessoas que até hoje estão sem definição, na Justiça, aguardando serem indenizados com um lote (informação verbal).

Nos dois reassentamentos de Brasilândia, existem várias pendências que têm gerado problemas e entraves, com repercussões negativas sobre a qualidade de vida e a produção das famílias reassentadas. Constatou-se por meio da pesquisa de campo, que há um jogo de interesse entre o poder público municipal e a CESP, sendo que as famílias de ribeirinhos atingidas pelo lago, tiveram acesso aos lotes, somente quando o poder público municipal deu o seu aval para que isto ocorresse. Com relação às reivindicações encaminhadas pelos ribeirinhos, de acordo com a CPT, nenhuma categoria foi atendida na totalidade das suas reivindicações. Provavelmente tenham sido atendidos cerca de 50% do que as categorias reivindicaram (informação verbal).

A CESP adotou uma estratégia de negociação e de tratamento do processo mitigatório, estabelecendo subprogramas como forma de facilitar o processo. De acordo com a empresa, as famílias foram divididas em cinco subprogramas, conforme sua atividade principal, a saber: pescadores, apoio ao social, apoio à mão-de-obra, reassentamento rural, reassentamento urbano e oleiro. Contratou-se a empresa THEMAG Engenharia para realizar um levantamento socioeconômico, em 1992, 1993, atualizado em 1996, 1997, identificando-se o número de famílias e as especificidades de cada uma, sendo definidos os critérios para enquadrá-las nos devidos subprogramas, constante na Ata da Audiência Pública.

Na pesquisa foram analisados dois desses subprogramas sendo que, no caso dos agricultores e criadores de gado, que resultou no reassentamento rural, o conjunto de famílias não estava representado apenas pela categoria dos proprietários (45%), mas também por meeiros, parceiros e arrendatários, produzindo em área inferior a vinte hectares (figura 5).

As informações constantes nos gráficos serão representadas a partir dos dois reassentamentos, sendo o Reassentamento Santa Emília/Santana indicado pela sigla “SE/S” e o Reassentamento Pedra Bonita pela sigla “PB”.



**Figura 5:** Situação ocupacional quando viviam nas margens do rio. **Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

De acordo com a CPT, o subprograma categoria da mão-de-obra atingida (AMO), o segundo subprograma analisado, pode ter sido o mais prejudicado nas negociações, uma vez que inicialmente a CESP não queria indenizar essas famílias, alegando que pelo fato de serem empregados, deveriam fazer acerto com seus patrões, conforme Ata da Audiência do dia 03 de fevereiro de 1998, às 20 h. na sede da Associação Atlética Brasilandense. Desta forma, a CESP não teria nenhuma responsabilidade com relação à situação delas. Depois de várias negociações e pressões é que elas conseguiram ser reassentadas numa área de cinco hectares de terra, porém sem nenhuma infra-estrutura. Em acordo firmado com a Prefeitura, o município assumiu a responsabilidade pela implantação da infra-estrutura, que passados quatro anos, ainda tem pendências desses compromissos, como a construção das casas, instalação de rede de água e de energia elétrica. De acordo com os reassentados, 62% na Pedra Bonita e 68% na Santa Emília/Santana disseram que a Prefeitura não cumpriu os compromissos assumidos.

Ainda na avaliação da CPT, as famílias que talvez tenham sido mais bem atendidas nas suas reivindicações foram as dos agricultores e criadores de gado. De acordo com as informações do representante da CESP, os criadores de gado receberam lotes de quarenta hectares e os agricultores receberam lotes cujas áreas variam de vinte e cinco a trinta hectares, além de receberem benfeitorias como casa, com rede de água e rede elétrica, porém, enfatiza que ainda assim, as reivindicações dessa categoria não foram atendidas na sua totalidade (informação verbal).

Uma das críticas fortes que os reassentados e as entidades de apoio (CPT e STR) fazem com relação ao processo de negociação e aprovação dos acordos é a ausência dos atingidos nas reuniões de negociações, sendo estes sempre representados por representantes do poder público, tanto municipal como estadual. Os depoimentos deixam claro que as propostas vindas até eles nem sempre foram discutidas democraticamente, ou seja, o poder público não os ouviu antes das reuniões e nem sempre as

propostas aprovadas seriam aceitas pelos ribeirinhos atingidos se estes estivessem no processo de negociação.

Picciotto *et al.* (2000) trabalham com a visão de que o restabelecimento da população não deve ser tratado como um problema, como denunciam Vainer; Araújo (1992), mas como uma oportunidade, com estratégias baseadas no uso do solo e estratégias diversificadas, para restaurar e melhorar as receitas das populações atingidas.

Segundo Rofman; Simone *apud* Vainer; Araújo (1992, p. 40), ao se estimar os impactos ambientais, sociais ou econômicos numa determinada região a ser implantado um GPI, na maioria desses projetos “somente se leva em consideração a rentabilidade do capital incorporado mediante técnicas e critérios exclusivamente contábeis”.

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo o que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica custos. [São] vistos como obstáculos tanto a população que ocupa as áreas a serem inundadas, como os usos da água feitos por essa população [...] (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.41).

Da mesma forma, Bloemer (2001), apoiada em Wolf (1974) afirma que as famílias a serem desalojadas da área de implantação de aproveitamento hidroenergético, são vistas não como grupos sociais impactados, mas como custos a serem computados na obra: “[...] São apenas computadas como “custos”. As populações que ocupam esses espaços acabam, assim, constituindo-se apenas em obstáculos à implantação dessas obras [...]” (BLOEMER, 2001, p. 104-105).

A seguir discutiremos o desenrolar de todo o processo de retirada das famílias, apoiados nos depoimentos das pessoas entrevistadas e das famílias pesquisadas, baseado na forma como ocorreu, bem como nas conseqüências. Analisaremos também quais as perspectivas das famílias reassentadas, a partir da experiência vivida e da realidade atual dos reassentados.

### **3. Processo de negociação e retirada das famílias**

A organização e negociação entre as famílias ribeirinhas e a CESP vêm de longa data, mas foi no final da década de 1990 que elas se tornaram mais concretas. A CESP iniciou uma pesquisa, em 1983, aproveitando-se da grande enchente ocorrida no período, para monitorar a movimentação da população nas margens dos rios, a serem submersas quando da formação do reservatório da Usina Engenheiro Sérgio Motta. Segundo a Prefeitura Municipal, os critérios para seleção das famílias, foram discutidos com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1985, quando Pedro Pedrossian era governador do Estado.

O processo mais direto de negociação real entre a comissão dos atingidos com a direção da CESP, começa a acontecer a partir de 1995, quando a CPT se fez presente, assessorando as comissões dos atingidos pela obra, auxiliando, orientando os ribeirinhos pra que fizessem a melhor negociação possível, porém a entidade tem orientado os ribeirinhos de Três Lagoas e Brasilândia a aproximadamente dez anos, desde a grande enchente ocorrida em 1983 (informação verbal).

Com relação ao atrelamento das negociações por subprogramas, cada atividade integrante de um subprograma passou a negociar as suas reivindicações separadamente, promovendo, conforme os depoimentos das lideranças dos reassentamentos e das entidades CPT e STR, o enfraquecimento organizacional das famílias atingidas. Por outro lado, a CESP, com apoio da Prefeitura Municipal de Brasilândia, justifica que a adoção de subprogramas contribuiu ocorreu para facilitar as negociações por interesses específicos de cada atividade profissional e explicam que cada categoria tem a sua peculiaridade, tem atividades diferentes. De acordo com a empresa, um pescador não tem a mesma condição de um oleiro.

Através do que consta no EIA-RIMA, visando o licenciamento para o enchimento do reservatório da Usina de Porto Primavera, constata-se que alguns compromissos, em forma de diretrizes, não foram cumpridos conforme documento. Segue abaixo a descrição dos compromissos firmados:



- a) “Desvinculação das ações de remanejamento de população daquelas da área de engenharia”. Trata-se de não postergar o deslocamento das famílias para as vésperas de enchimento do reservatório (EIA-RIMA Vol. III, 1994, p. 317). Conforme depoimentos e documento que atesta reclamação na defensoria pública expedida pela D. Maria de Lordes da Silva, ainda em 1998, ou seja, às vésperas do enchimento do lago, de que as famílias ainda estavam desorientadas quanto ao seu futuro – deslocamento, reassentamento, indenização, não sabiam nada.
- b) “Substituição do caráter distributivo que, de certa forma caracterizou os projetos de reassentamentos já conduzidos pela CESP”, ou seja, a alternativa reassentamento não pode se limitar a apenas distribuir terras, sem munir as famílias de condições básicas para modificar substancialmente suas vidas (EIA-RIMA Vol. III, 1994, p. 318). Quanto a esse item, constatou-se que, por não haver crédito agrícola, água suficiente e assistência técnica eficaz, o processo produtivo nos dois reassentamentos ficou comprometido, desestabilizando as famílias e provocando desânimo e conseqüentemente abandono da produção agrícola e/ou a venda do lote.
- c) “Minimização de riscos de êxodo rural, consubstanciados no âmbito restrito do instituto da indenização”. Essa diretriz tem por objetivo lógico, evitar que por qualquer motivo, os reassentados deixem o meio rural migrando para a cidade, o conhecido processo de êxodo rural, para que não acarrete transtornos sociais e econômicos no meio urbano (EIA-RIMA Vol. III, 1994, p. 318). Considerando os depoimentos, deduz-se que, após tantas vendas de lotes, boa parte dessa população que deixa o reassentamento, o destino deve ter sido as cidades da região.
- d) “Garantir a participação efetiva das famílias na discussão da concepção dos Projetos de Reassentamentos” (EIA-RIMA Vol. III, 1994, p. 319). Foi muito questionado pelos reassentados e pelas entidades de apoio – CPT e STR – que os ribeirinhos não tiveram participação efetiva no processo, que estes estiveram ausentes nas reuniões de negociações e que sempre foram representados pelo poder público estadual e municipal.

Diante dessa situação, acredita-se que essas famílias tenham sido prejudicadas com as medidas adotadas e, acordo com as entrevistas, ainda ocorreu que o processo de retirada das famílias, não foi tranquilo, sendo que muitas delas deixaram a área com bastante antecedência, depois de firmado o acordo com a CESP. Porém, algumas famílias inconformadas com o desfecho do processo, resistiram até o último momento para sair da área de inundação que, no seu ponto de vista, pertenciam aos seus familiares. Desta forma, esse processo se agravou a partir da retirada forçada com utilização de ação judicial.

Kudlavicz (1999) afirma que técnicos do Ministério Público Federal realizaram uma visita à região impactada para apurar as denúncias que estavam ocorrendo e atestaram que os acordos para a retirada das famílias não estavam sendo cumpridos. Relata algum desses maus tratos por parte da empreendedora da obra:

As famílias estão sendo transferidas para as áreas adquiridas pelo empreendedor, sem que antes estejam concluídos os projetos de assentamento rural, [...] total ausência de infra-estrutura básica. [...] Não estão dotadas de energia elétrica, água encanada e rede de esgoto. [...] As condições em que está sendo realizada a transferência da população rural para os reassentamentos afrontam os princípios expressos como compromissos pelo empreendedor no Estudo de Impacto Ambiental [...]. Utilização de métodos inadequados de repasses de informações: através de informações contraditórias e pressões, o empreendedor provoca desestabilização e insegurança social [...]. O empreendedor determinou em dezembro de 1997, aos moradores que se abstivessem de proceder ao plantio de qualquer lavoura até que fossem relocados definitivamente. [...] Disse que o plantio seria atingido pelo uso dos correntões para desmatamento. [...] a maioria dos moradores, acatando a orientações do empreendedor, deixou de plantar as roças. [...] Em abril de 1998 [...] representantes do empreendedor que afirmaram que essas ilhas não serão mais atingidas pela cota 253, definindo a transferência da população para o mês de dezembro de 1998 (KUDLAVICZ, 1999, p. 6-7).

Essa situação foi transformada em Relatório Técnico que, de acordo com Kudlavicz (1999), foi utilizado como subsídio na “Ação Civil Pública” e serviu para que o Juiz do Tribunal Regional de São Paulo mantivesse a liminar proibindo o enchimento do lago até dezembro de 1998.

Esperava-se que a retirada das famílias ocorreria tão logo se definissem os resultados dos acordos, ou seja, muito antes do enchimento do lago. Como não houve a retirada nesse período, iniciou-se, a partir do ano de 1997, pressões da população organizada e das entidades de apoio, objetivando dar agilidade ao processo. Vale lembrar que as pressões iniciaram-se muito antes disso, ainda na década de 1980.

Além do cadastro realizado pela CESP e pela Biomeio, a Secretaria Municipal de Agricultura de Brasilândia, também realizou uma pesquisa para a verificação das famílias do subprograma AMO e, o Terrasul também realizou um levantamento em 1999, no qual constou a existência de trezentas e setenta famílias, no Mato Grosso do Sul, que estavam fora do cadastro da CESP (KUDLAVICZ, 1999). Em algumas dessas reuniões estavam representantes das famílias impactadas, outras não.

A partir do levantamento realizado pela Biomeio, apareceram resultados positivos, pois embora a empreendedora não tenha se disposto a rever os critérios para o reconhecimento dos beneficiários, se propôs a rever a lista de beneficiários, comparando a sua com a realizada pela Biomeio. O resultado positivo foi a inclusão de várias famílias. Tanto nos Reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, bem como no Reassentamento Nova Porto João André, várias famílias foram incluídas a partir desse levantamento.

De acordo com o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, havia uma lista muito grande de reivindicações dos ribeirinhos, mas nem todas foram atendidas e, mesmo as que entraram no acordo, nem todas foram concluídas. Por exemplo, no Reassentamento Santa Emília/Santana até hoje (2004) muitas casas não estão construídas, as que começaram também não estão totalmente acabadas, vários projetos a serem realizados, para que as famílias tivessem condições de sobrevivência em cima de cinco hectares de terras não avançaram (informação verbal). Observa-se que até o momento, 23% das residências do Reassentamento Santa Emília/Santana ainda não dispõem de energia elétrica.

Outros projetos estavam incluídos no Reassentamento Pedra Bonita, segundo o presidente do STR, e que até o momento não há perspectivas de serem realizadas: campo de futebol, igreja, centro de saúde, telefone público, ônibus no reassentamento (ao menos duas ou três vezes por semana). Denuncia ainda que o ônibus, assim como um trator, com implementos agrícolas que deveriam estar nos reassentamentos, foi entregue diretamente ao poder executivo municipal e os reassentados não têm controle sobre os mesmos. A escola que também deveria ser construída no reassentamento foi para o núcleo urbano servindo não somente as famílias de reassentados, mas todo o município. Assim como o centro comunitário, a igreja, o posto de saúde foram repassados diretamente para o município, escapando assim, do controle do Sindicato e dos reassentados. (informação verbal).

Conforme as entrevistas e visitas aos agricultores, o trator, quando solicitado, nunca está disponível e ainda há denúncias de que este tem realizado, prioritariamente a preparação de solo de grandes fazendas, para depois, e sempre já ultrapassado o tempo de preparo do solo, ele estar disponível para os reassentados. A CESP se defende ao afirmar que teve a obrigação de repassar os bens para a Prefeitura como parte do acordo, e que de forma alguma pode obrigá-la a utilizá-los nos reassentamentos. Cabe a essa comunidade pressionar o município para que esses bens que foram doados pela CESP sejam priorizados quanto ao uso destes.

O tratamento do subprograma AMO, que estava sendo encaminhado para indenizá-los com vinte salários mínimos e que, de acordo com a CESP, a empresa os tratou como apoio a mão-de-obra atingida e os indenizaram, ao alocá-los em cinco hectares de terra como exigências do órgão licenciador do Estado de Mato Grosso do Sul – IDATERRA, juntamente com a Prefeitura. O problema mais sério foi que a CESP não se responsabilizou pela infra-estrutura do reassentamento, alegando não ser de sua responsabilidade. A Prefeitura, então, se comprometeu em implantar a infra-estrutura necessária, porém não o fez.

Desta forma, a partir dos acordos, estabeleceu-se o Reassentamento Santa Emília/Santana, através da compra de duas fazendas, a Santa Emília e a Santana, próxima uma da outra, e iniciou-se o processo de retirada das famílias e implantação da infra-estrutura. A princípio, alguns barracos de lona se estabeleceram provisoriamente (figura 6), logo após construíram-se casas de madeira provisórias –

madeirite – e, em seguida iniciou-se a construção das casas de alvenaria (figuras 7 e 8), muitas das quais se encontram sem acabamento, outras no alicerce, outras ainda nem foram iniciadas.



**Figura 6:** Barraco provisório do Sr. Brito

Fonte: BRITO, 1999

O secretário municipal alegou ainda que de acordo com a pesquisa, das cento e dez pessoas cadastradas nesse subprograma, foram identificadas apenas cinquenta que ainda se encontravam na área de inundação, quando da relocação. Sessenta pessoas já estavam fora dessa área, morando em cidades da região ou até em outras regiões.



**Figura 7:** Casa de madeirite, ampliada pela família.

Fonte: SOUZA, 2004.



**Figura 8:** Casa construída pela CESP.  
**Fonte:** SOUZA, 2004.

A Prefeitura Municipal ficou como fiel depositária da área. Foram compradas as fazendas Santa Emília e Santana e repassadas ao município, juntamente com uma lista de cento e dez pessoas que seriam beneficiadas, para que realizasse o reassentamento, ficando também com a incumbência de implantar toda a infra-estrutura – instalar a energia elétrica, fornecer a água e construir as casas, abrir ruas, porém, até o momento, cerca de quatro anos depois, muito ainda está por ser feito.

Diante do fato exposto, há muitos lotes vagos, sem serem atribuídos a ninguém. Contudo, há também aqueles que receberam e já o venderam, em virtude de até hoje não ter sido oferecida a infra-estrutura adequada, nem para a moradia – tem casas inacabadas ou até mesmo só no alicerce – nem para a produção, de acordo com depoimentos de vários reassentados. Há também várias ações na Justiça, cerca de vinte e cinco a trinta, de famílias que se sentiram prejudicadas.

O representante da CESP argumenta que os repasses das obrigações para a Prefeitura foram importantes, haja vista que é o poder público quem assume esses tipos de serviços, ou seja, toma conta das estradas, da rede de energia que alimenta esses lotes, da saúde e da educação. Por isso foi realizado o acordo com o poder público municipal, para que a Prefeitura assumisse esse ônus.

Com relação à escola e ao posto de saúde, a Prefeitura entendeu que deveria fazer essas estruturas na cidade, porque, segundo os representantes do município, ela não teria recursos para manter esses estabelecimentos nos reassentamentos e que iriam transportar a população para a cidade, com a mesma qualidade de atendimento.

Afirma ele que a Prefeitura, como entidade pública, não pode manter padrões diferentes das instituições privadas. Como na cidade é cobrada a água dos habitantes urbanos, ela pode tranquilamente cobrar também na zona rural, inclusive nos reassentamentos. Desta forma entende que a cobrança da água seja legal.

#### **4. A vida nos reassentamentos**

[...] a questão é a formação do lago, porque além dos pontos turísticos [...], sepultou tudo ali da Barranca, sepultou. Porque nunca mais ela vai voltar à tona, onde agente tava, esse espaço, a estradinha, que a nossa comunidade ali vivia, pescador, caseiro, empregado de olaria, oleiros, pecuaristas, agricultores que tocava roça, os donos de clube, os turistas que vinham de fora, tudo andava numa estrada só (informação verbal) (BRITO DE SOUZA, 2003).

Os reassentados entrevistados alegam que quando residiam nas margens do rio, além da agricultura, praticavam outras atividades, como isqueiros, guias de pesca e pescadores. No reassentamento não há possibilidade de desenvolver tais atividades em combinação com a agricultura como faziam antes e isto é muito negativo. Os reassentados entrevistados entendem que cabe a CESP, empresa causadora do desalojamento deles, criar as condições para que exerçam as suas profissões

originais. Perguntado sobre a impossibilidade de pesca dos reassentados da Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, o representante da CESP alegou que os pescadores foram tratados de forma diferenciada das outras categorias. Eles foram indenizados com uma residência na cidade.

Todos os reassentados na Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, tinham como atividade principal a pecuária ou a agricultura. Para esses, “o tratamento foi o um reassentamento num lote rural, no módulo mínimo da região. Foi feito um estudo de solo, detectamos o padrão de cada área, [...] dividimos pecuaristas e agricultores, em padrão de solo” (informação verbal). Dessa forma, continua ele, a pesca não era a atividade principal dessas famílias, portanto a CESP não tem a responsabilidade com eles.

Para os reassentados, ao menos por enquanto, não há possibilidades de continuar exercendo as atividades ligadas ao rio. Primeiro, porque há uma distância considerável entre os reassentamentos e o rio; segundo, porque está sendo criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN que, impossibilita o desenvolvimento de tais atividades. A CESP informou que está efetuando estudos para que seja estabelecida uma área destinada às atividades de pesca. Além desses elementos, enfatizam os reassentados, os rios perderam as correntes, se tornou um lago e as lagoas (várzeas) que existiam agora estão submersas no reservatório. Os pontos turísticos que existiam nas margens dos rios foram desapropriados pela CESP, e a atividade turística foi desestruturada e, muito desses pontos estão submersos. Os pontos turísticos foram submersos pelo reservatório, além disso, os reassentamentos não oferecerem nenhum atrativo turístico e Brasilândia é uma cidade de pequeno porte, com equipamentos públicos insuficientes, o transporte é precário, o que dificulta o desenvolvimento do turismo.

A escassez de recursos hídricos se constitui num outro grande problema para os agricultores e pecuaristas. Kudlavicz enfatiza que nas margens do rio os atuais reassentados tinham água em abundância para formar um pomar ou cultivar a roça ou mesmo uma horta. O nível do lençol freático era de 4 a 5 metros, na Pedra Bonita está a cerca de 15 metros. O poço artesiano se tornou insuficiente, e a água encanada, às vezes não está disponível no horário de pico de consumo. O clima e a cobertura vegetal são diferentes da antiga região, pois os ventos são fortes e sem proteção vegetal, o déficit hídrico do solo ocorre muito rapidamente, prejudicando a lavoura (KUDLAVICZ, 2001). Um dos reassentados relata essa realidade:

Na Fazenda Cizalpina lá a água era uma em cima da outra. Poço bom tirava assim manualmente, mas só que tinha água a hora que quisesse. Na Pedra Bonita que a situação se modificou inteiramente. Antes água de graça e com abundância, agora, tem que pagar para tê-la. Tivemos que pagar um tempo, aí cortaram [...] Tem que pagar mais nada não. Agora tão ameaçando de novo (informação verbal).

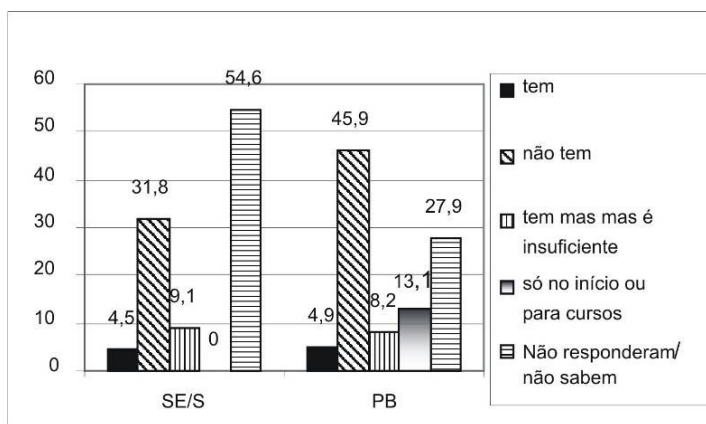
No Reassentamento Pedra Bonita, um reassentado ainda lembrava das terras úmidas e férteis das margens do rio, bem diferente do solo da vertente na Fazenda Pedra Bonita. “Lá as terras da Barranca eram bem melhores do que essas do reassentamento. Seguram mais umidade. A gente pode plantar fora de época que colhe” (KUDLAVICZ, 2001). Entre os depoimentos ressalta-se a ausência de assistência técnica eficiente e comprometida com os pequenos produtores reassentados.

Outro problema sério para essas famílias é com relação à produção. Além de o solo ser mais frágil e com menos recursos hídricos e a deficiência técnica, a falta de crédito para produção, os custos com água e energia que antes não tinham, são elementos de entraves para o desenvolvimento da produção no reassentamento. Não bastasse isso, há também nessa região uma propagação de papagaios, que atacam a plantação, principalmente de milho, mas também do café, do amendoim e outros, trazendo prejuízos enormes ao produtor, antes essas aves não atacavam por ter a vegetação natural onde se alimentavam. Associado ao problema da produção tem ainda a dificuldade da comercialização dessa produção. O reassentamento ficou em uma região fora de rota viária e com certa dificuldade de comunicação com os centros urbanos, principalmente com as cidades do Estado de São Paulo, rota comercial de costume dessa comunidade, sobretudo Panorama e Paulicéia.

Cansados de vivenciar esses sacrifícios e sem uma expectativa animadora, de vinte e seis pessoas pesquisadas nesse item, vinte e uma disseram que se pudessem voltariam a viver nas margens do rio, como afirmou como o Sr. Moraes: “até eu voltaria. Lá eu era arrendatário de terra. A terra não era minha, mas eu sobrevivia em cima dela, melhor do que aqui”. E justifica essa afirmativa ao dizer que “hoje eu tenho dez alqueires, só que não tenho condições de comprar um chinelo para o meu filho. E lá a terra não era minha e eu tinha condições de comprar não um chinelo, mas um sapato” (KUDLAVICZ, 2001).

Na perspectiva da empresa, ela não tem a obrigação de conceder crédito. A empresa tem oferecido ajuda para os reassentados buscarem financiamento do PRONAF A que é um recurso para a reforma agrária, utilizado para assentamentos no estado. Segundo o representante da CESP, o Estado, o INCRA e o IDATERRA entendiam, hoje já pensam diferente, que esse recurso não poderia ser oferecido a reassentados da CESP, a impactados de reservatório. Afirma que quanto ao PRONAF C e D, muitos já se beneficiaram.

No que se refere à assistência técnica, embora o funcionário da CESP tenha declarado que a empresa presta assistência por meio de um engenheiro agrônomo duas vezes por semana e, pelo fato de ter dentro do reassentamento Santana, como proprietário de um lote, um técnico agrícola do IDATERRA à serviço dos reassentados, 46% dos reassentados pesquisados na Fazenda Pedra Bonita afirmaram que não recebem qualquer assistência técnica, 28% não quiseram ou não souberam responder e 13% disseram ter recebido somente no início da implantação do reassentamento ou quando há algum curso. No Reassentamento Santa Emília/Santana 55% das famílias não quiseram ou não souberam responder, e 32% disseram não receber assistência técnica (figura 9).



**Figura 9:** Assistência técnica nos reassentamentos

**Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

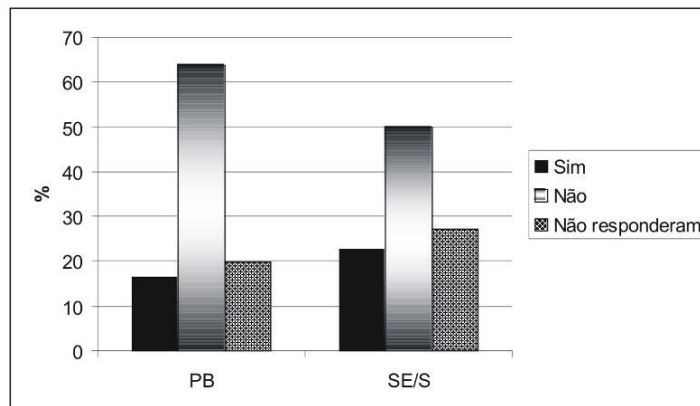
Na opinião da CESP, essa reclamação não procede, pois há um técnico não mais exclusivo como antes, mas por estratégia da empresa, há um técnico (engenheiro agrônomo) para atender a Pedra Bonita, a Toca da Raposa e a Piaba, no município de Três Lagoas – MS, por cerca de duas vezes por semana em cada reassentamento.

Perguntado sobre eventuais compromissos ainda não cumpridos com os reassentamentos, a CESP deixou claro que, com o Reassentamento Santa Emília/Santana, o compromisso era apenas repassar a terra para a Prefeitura para que essa estruturasse o reassentamento. Estava concluído o acordo com esse reassentamento. Quanto ao Reassentamento Pedra Bonita, considera que todos os compromissos assumidos foram cumpridos, não restando nenhuma pendência com os beneficiários, exceto a escrituração dos lotes, para o que foi estabelecido um prazo de cinco anos e que este prazo já está se esgotando. A empresa reforça o compromisso de escriturar os lotes, porém justifica que o atraso é devido à morosidade da justiça.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também afirma que a CESP assumiu o compromisso de atuar durante cinco anos no reassentamento resolvendo os problemas que surgissem. Isto não aconteceu, porque “diante das reivindicações do povo, a CESP sempre tem alegado que passou toda a responsabilidade para a Prefeitura, inclusive com verbas e maquinário e a Prefeitura certamente tem desviado esses recursos”. Com isso a empreendedora não está cumprindo o acordo assumido durante os primeiros cinco anos dos reassentamentos, pois de acordo com o representante da empresa “o que acontecer no reassentamento neste período é de responsabilidade da CESP, inclusive seria a partir do quinto ano que esta daria a escritura para o pessoal para, a partir daí ela retirar o time de campo” (informação verbal).

Os reassentados também discordam da afirmação do representante da empresa, enfatizando que ainda há vários acordos não concretizados. Na opinião de 39% das famílias do reassentamento Pedra Bonita, ainda há compromissos não cumpridos, 33% não quiseram ou não souberam responder e apenas

8% disseram que a CESP havia quitado as dívidas com eles. No Reassentamento Santa Emília/Santana, são 36% que disseram que ainda há acordos não cumpridos (figura 10).



**Figura 10:** Compromissos da CESP cumpridos ou não cumpridos  
**Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

A Prefeitura Municipal de Brasilândia justifica que procurou fornecer assistência técnica aos reassentados, empenhou-se na busca de créditos, adquiriu dois tratores que fazem o preparo de solo gratuitamente em áreas de até cinco hectares. O representante da prefeitura não se pronunciou a respeito do atraso na prestação dos serviços com os tratores, que segundo os reassentados, eles são utilizados, com prioridade, para a execução de serviços em grandes fazendas (informação verbal).

Com relação à possibilidade de ter deixado famílias sem direito à indenização, a CESP foi categórico ao defender que o tratamento indenizatório de todas as famílias que tinham direito foi realizado.

Todos esses depoimentos evidenciam que as posições são contraditórias, as visões são distorcidas e as soluções para os problemas não são iguais para todos. Muitos desses problemas têm dificultado a adaptação dessa população ao reassentamento, por outro lado, muitas das reclamações são feitas para se tirar o máximo de proveito da situação.

Quanto ao aspecto territorial, as famílias estão num processo de adaptação ao novo contexto territorial em que se encontram, destacando-se: a nova formação espacial das famílias; a vizinhança foi totalmente desfeita e constituíram-se novas relações de vizinhança; e o fato da estrada, construída pela CESP, para o acesso ao Reassentamento ter uma ligação razoável com Brasilândia, porém, para os últimos lotes bastaria mais uns quatro a cinco quilômetros de abertura da estrada para dar acesso à rodovia que liga à Brasilândia. A falta desta ligação dificulta muito o acesso. Utilizando-se das palavras de Vainer e Araújo, “Mais do que determinar um somatório de efeitos negativos, esses enclaves [...] são instrumento ativo do (re)ordenamento territorial, mesmo que o espaço transformado não seja objeto explícito de planejamento” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34-35).

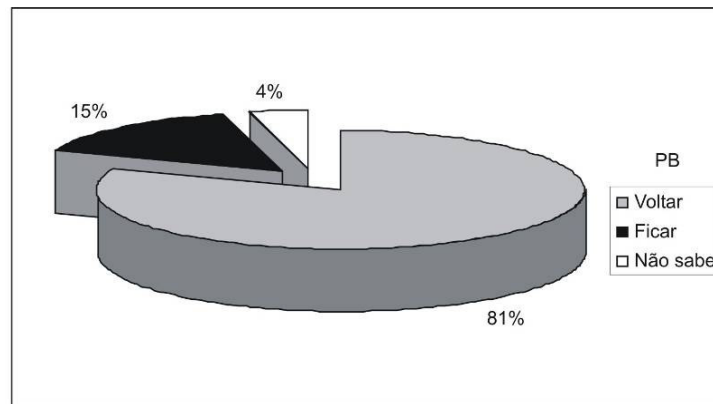
Nota-se que os produtores rurais dos dois reassentamentos, principalmente o Reassentamento Santa Emília/Santana, são proprietários tradicionais, sem tecnologia moderna, descapitalizados, onde os equipamentos de produção são basicamente arados de tração animal, pulverizador costal e carroça. Da mesma forma observa-se que o escoamento da produção é realizado por caminhão de cerealista ou do laticínio.

Desta forma, resta a eles a adaptação à nova distribuição espacial das famílias e a continuidade das reivindicações e pressões para que o poder público ou a empreendedora promovam os ajustes necessários, como a ligação da estrada ao outro acesso à cidade de Brasilândia, por exemplo.

A partir das visitas realizadas, observa-se que para algumas famílias a situação está pior que antes do reassentamento, quando residiam nas margens do rio, mesmo com o conforto da tecnologia e com a posse de um título de propriedade, em breve. Perguntado se houvesse possibilidades de voltarem a viver nas margens do rio, no mesmo local, nas mesmas condições que viviam, ou se preferem a vida que tem hoje no reassentamento Pedra Bonita, num total de 26 pessoas, 81% demonstraram vontade de voltar



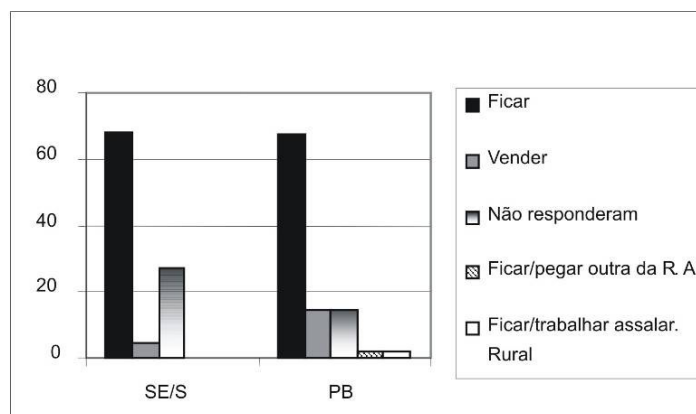
àquela vida de antes, mesmo sem ser proprietário e, mesmo sem confortos como água encanada e energia elétrica que o reassentamento proporcionou (figura 11).



**Figura 11:** Desejo do entrevistado em continuar no Reassentamento ou voltar às margens do rio.  
**Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

Para a grande maioria o momento de adaptação – os dois primeiros anos – foi muito ruim, de muito sacrifício, mas que agora as coisas já melhoraram um pouco. Para essas, as opiniões se dividem, algumas gostariam de nunca terem saído das margens do rio, outras já se adaptaram e não pensam mais nessa possibilidade. Para um pequeno número de famílias, aquelas que não tinham propriedade nas margens do rio, eram arrendatários ou parceiros e hoje estão reassentadas, essas mudanças foram ótimas. Para essas famílias, o fato de hoje serem proprietárias foi um grande presente que receberam do destino.

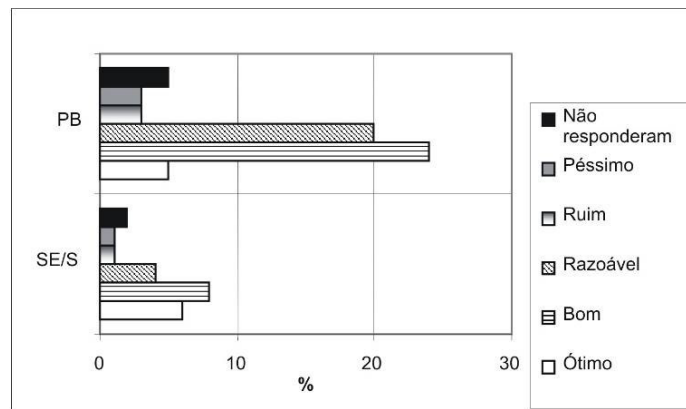
Ainda nessa perspectiva de avaliação da mudança na vida dessas famílias, pelo fato de voltar a viver próximo às margens do rio não ser mais possível, 67% dos entrevistados no Reassentamento Pedra Bonita disseram não pretender sair do local, apenas 15% pretendem vender e comprar em outra região (figura 12). No reassentamento Santa Emília/Santana, 68% tem a pretensão de ficar e apenas uma pessoa manifestou desejo de vender. É bom lembrar que 15% na Pedra Bonita e 27% na Santa Emília/Santana não responderam e também, segundo depoimentos nas entrevistas, cerca de 20 a 25% já venderam os lotes.



**Figura 12:** Perspectivas futuras das famílias reassentadas  
**Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

Na avaliação dos reassentados, mesmo com todos os problemas, com perspectivas ainda obscuras, depois desses quase cinco anos de reassentamento, a maioria já está razoavelmente adaptada à nova realidade. Na Pedra Bonita 39% avaliaram que a vida no reassentamento é boa e 33% razoável. Na Santa Emília/Santana, 36% disseram ser boa e 27% ótima a vida atual (figura 13).





**Figura 13:** Condições dos Reassentamentos

**Fonte:** Trabalho de campo – fevereiro, 2004.

Desta forma, prossegue-se o processo de reconstrução da vida, da cultura, da nova vizinhança, das novas possibilidades de atividades complementares, da organização social e religiosa, da produção, da comercialização, enfim, cada um do seu jeito, tentando juntar essas diferenças para formar uma “nova identidade” dentro do “novo território” e do novo “lugar”, resgatando as discussões de Haesbaert (1997) e de Carlos (1996). Estas novas identidades, território e novo lugar, não mais dos ribeirinhos, mas agora dos reassentados, longe do rio e sem a prática de várias atividades, sobretudo a turística.

## 5. Considerações finais

Ao final da pesquisa e conhecendo os resultados desta, concordamos com Vainer; Araújo (1992), ao afirmarem que os projetos de instalação de hidrelétricas, seja de grandes ou pequenos empreendimentos, enquanto as políticas governamentais estiverem destinadas à infra-estrutura do capital industrial e do capital financeiro, dentro do modo de produção capitalista, as regiões e localidades participarão apenas como receptoras do empreendimento e das políticas já elaboradas e aprovadas, para o bem na nação.

Desta forma, ao se fazer uma análise da produção energética, é necessário analisar as necessidades que o país tem quanto à produção de energia elétrica que o empreendimento virá a fornecer, porém é necessário analisar as condições da população e o espaço ribeirinho. Assim sendo, procurou-se relatar a realidade vivida nos reassentamentos e comparar as duas experiências de vida, a ribeirinha e a reassentada. Ao se planejar a relocação das famílias, essa não pode se restringir à simples retirada da área requerida e relocação em outras terras. Em termos sócio-culturais, as perdas das famílias, às vezes são muito mais significativas que a própria terra.

Uma série de problemas sócio-econômicos ocorreu em função de acordos estabelecidos pela CESP ou Prefeitura Municipal, não cumpridos até hoje. Esses problemas levaram diversas famílias a venderem os lotes e irem para o ambiente urbano, ou ainda famílias que eram trabalhadoras em ranchos ou cerâmicas e que tiveram que optar por outra atividade econômica – agricultura – não conseguindo se adaptar a essa nova atividade. Em ambos os casos, o destino pode ter sido engrossar as fileiras de desempregados da região e do país.

Com a população que permaneceu nos reassentamentos, identificamos novas formas de relações sociais, econômicas, culturais e territoriais que, a princípio tiveram grandes dificuldades de adaptação, mas que atualmente respondem mais satisfatoriamente às mudanças ocorridas. Essas novas relações foram sendo construídas com as famílias beneficiárias – vindas das margens do rio – e com famílias que vieram depois, através da compra de lotes. É imprescindível lembrar que a memória histórica da vida de outrora, não se apagou e ao que se parece não se apagará nunca para a geração que vivenciou a experiência ribeirinha.

Além de todos os transtornos criados quando da construção e conclusão das obras, ainda há a frustração das expectativas que as famílias têm para o seu futuro nas novas terras. As frustrações concentram-se basicamente nos elementos identitários dessa comunidade, haja vista que houve alterações

territoriais enquanto espaço físico, mas também enquanto espaço simbólico, onde há uma identidade própria das famílias com o ambiente e a comunidade. O imaginário não é inundado, nem passível de reassentamento, muito menos indenizado. A memória histórica e cultural fica presente na vida dessas famílias que, ao tentar recriá-los no novo território físico, frustram-se ao notar que o ambiente está descaracterizado das condições de outrora.

Só o tempo pode resolver o impasse. Após cinco anos de reassentados, algumas adaptações já podem ser sentidas. Para as famílias que já se adaptaram, o novo território pode significar a ampliação de novas possibilidades de renda. Para quem era arrendatário ou posseiro, por exemplo, significa livrar-se da exploração e do jugo do proprietário-patrão e por fim, significa a possibilidade de criar raízes, ter seu “lugar”. Mas para aqueles que tiveram dificuldades ou ainda não conseguiram se adaptar, o novo território ainda não tem a mesma característica de vida que antes, mesmo que agora possuam uma propriedade em seu nome. Houve casos de depoimentos declarando que suas vidas se transformaram profundamente, a ponto de pessoas, sobretudo idosos, nos dois primeiros anos de reassentados, serem acometidas por doenças como depressão, hipertensão e até casos extremos de óbitos, em razão dos processos de mudanças ocorridas. Depoimentos mostraram ainda que há famílias que mesmo tendo adquirido propriedade no reassentamento, gostariam de estar morando e trabalhando nas margens do rio, onde a propriedade não era sua, mas as condições de vida eram melhores.

No aspecto do espaço/território identitário e imaginário, a criação de subprogramas – oleiros, pescadores, agricultores/pecuaristas e mão-de-obra – desmembrou uma comunidade, ribeirinha, em reassentamentos dispersos – reassentamento de agricultores e pecuaristas, reassentamento de agricultores em cinco hectares, reassentamento de oleiros e comerciantes e reassentamento urbano. Não propriamente a preocupação estaria no individualismo, pois nova comunidade e novos laços se farão, o problema está na organização social, produtiva, comunitária e religiosa que tinha há cerca de cinquenta anos, ao se desfazer tão bruscamente, rompe uma identidade que não será fácil refazê-la ou reconstruí-la novamente.

O espaço é, portanto, palco e produto de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. É pertinente a afirmação de Costa, apoiado em Brandão, que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se vêem ameaçados a perdê-la” (COSTA, 1988, P. 78).

Observamos também que as opiniões a respeito da política de produção energética do país, mais precisamente as construções de hidrelétricas, não são homogêneas entre autores e entidades, ou ainda um mesmo autor pode levantar elementos positivos e negativos à população e ao ambiente.

Santos (1997) pondera que as mudanças provocadas pela instalação de uma usina hidrelétrica trazem sim prejuízos para a região e suas localidades, mas também podem trazer benefícios que não podem ser desconsiderados, tanto em nível nacional como local. As hidrelétricas, juntamente com as rodovias, ferrovias e telecomunicações, representam agentes que utilizam e transformam o território, mas contribuem para o conjunto da nação, no que diz respeito às novas necessidades da sociedade que produziu um avanço técnico-científico altamente benéfico ao crescimento econômico. Outros autores como Vainer; Araújo; Reis; Bloemer, mesmo reconhecendo que os empreendimentos dessa natureza terão continuidade, denunciam veementes os descasos e propõem mudanças no tratamento às famílias afetadas e ao ambiente impactado. A CPT, o STR e o MAB não comungam das mesmas opiniões que a CESP e a Prefeitura Municipal de Brasilândia, principalmente com relação aos acordos firmados e a avaliação de que todos os compromissos tenham sido concluídos. Há divergências ainda entre a Prefeitura Municipal e a CESP com relação a alguns desses acordos.

Com relação à hipótese levantada para a pesquisa, apenas em parte se confirma, haja vista que para a maioria das famílias os problemas foram enormes e os prejuízos incalculáveis; para outras, os problemas maiores se deram nos dois primeiros anos de reassentamento, enquanto o sentimento de perda ainda era forte e as estruturas do novo local ainda estavam por ser construídas, mas que atualmente esses sentimentos foram superados; para algumas famílias que eram empregadas, o fato de terem adquirido uma propriedade no reassentamento, ainda que apenas cinco hectares, supera os problemas causados pelo processo, ou seja, houve mais ganhos que perdas.

Gostaríamos de lembrar por fim, que as perdas físicas, que foram indenizadas, foram muito mais fáceis de adaptação do que as perdas de identidade, sobretudo a relação com o rio – o terreiro da casa terminava no rio. A relação que as famílias tinham tanto com o Rio Paraná e o Rio Verde, bem como com os lagos nas várzeas, não era apenas profissional, mas também de lazer, de atividade de subsistência, cultural e religiosa. Este prejuízo – o reassentamento longe do rio – não poderá jamais ser compensado.

## 6. Referências bibliográficas

- BLOEMER, Neusa Maria S. A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do setor elétrico. In: REIS Maria José; BLOEMER, Neusa Maria S. (Org.). **Hidrelétricas e populações locais**. Santa Catarina: UFSC, 2001.
- BORTOLETO, Elaine Mundim. **Os impactos do complexo hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Ambiental), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). **Obras do Reservatório da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta**. São Paulo, 2000, 1 CD-ROM.
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- GERARDI, Lúcia Helena de O.; SILVA, Bárbara-Christine N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.
- GONÇALVES, Humberto Cardoso. **O processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera e seus reflexos na atividade pesqueira e nos modos de vida dos pescadores de Porto XV de Novembro (MS)**. Presidente Prudente, 1997, Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- HAESBAERT, Rogério. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997, p. 31-91.
- KUDLAVICZ, Mieczslau. Grandes barragens e suas alternativas na América Latina. Relato: **Barragem de Porto Primavera no rio Paraná**. [S.l.] .CPT, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Usinas Hidrelétricas: impacto ambiental e desagregação de comunidades**. Goiânia, CPT, 2001.
- MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- PICCIOTTO, Robert *et al.* Restabelecimento involuntário da população. A experiência com as grandes barragens. **Revista Précis**, n. 194, 2000.
- REIS, Maria José. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS Maria José; BLOEMER, Neusa Maria S. (Org.). **Hidrelétricas e populações locais**. Santa Catarina:UFSC, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VAINER, Carlos B.; ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Recebido para publicação em 20 de outubro de 2006.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2006.